

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.349 - PR (2019/0205430-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

**RECORRENTE : MATHEUS RIBAS BIANCHINI ALVARIZA**

**PROCURADORE : ORLANDO ARAÚZ NETO - PR050816**

**S**

**FLAVIO RIBAS CASSOU - PR080097**

**RECORRIDO : ESTADO DO PARANÁ**

**ADVOGADO : MARISA ZANDONAI - PR016095**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO. APLICAÇÃO DO TESE FORMADA NO JULGAMENTO DO TEMA 106/STJ. IMPOSSIBILIDADE. MODULAÇÃO TEMPORAL. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por MATHEUS RIBAS BIANCHINI ALVARIZA em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado Paraná assim ementado (e-STJ fl. 131):

MANDADO DE SEGURANÇA. INSUMOS. FORNECIMENTO DE BOMBA DE INSULINA. TRATAMENTO DE DIABETES MELLITUS TIPO 1 (CID E10). EQUIPAMENTO DE ALTO CUSTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DE MAIOR EFICÁCIA EM RELAÇÃO AOS TRATAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELO ESTADO DO PARANÁ. LAUDO UNILATERAL ELABORADO POR MÉDICA PARTICULAR. FUNDAMENTO DA PRETENSÃO NA MELHOR COMODIDADE PARA A PACIENTE. ESTADO QUE NÃO PODE SER OBRIGADO AO FORNECIMENTO DE TODA E QUALQUER PRESTAÇÃO DE SAÚDE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO OFENDIDO. SEGURANÇA DENEGADA.

O recorrente sustenta que possui Diabetes Mellitus Tipo 1 e que o método com bomba de infusão contínua de insulina prescrito pelo médico que o acompanha foi o único que demonstrou eficácia, melhorando sua qualidade de vida.

Argumenta que os exames laboratoriais e as manifestações médicas demonstram a necessidade de utilização da mencionada bomba de infusão.

Aduz que o tratamento pretendido não é experimental e que o método disponível pelo SUS não proporcionou melhora em seu quadro de saúde.

Por fim, pretende que seja aplicado o Tema 106 julgado em sede de recursos repetitivos por esta Corte Superior onde se firmou tese a respeito da obrigatoriedade do

# *Superior Tribunal de Justiça*

poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS.

Requer o provimento do recurso ordinário, a fim da segurança ser concedida para a concessão do tratamento pleiteado.

A parte recorrida apresentou contrarrazões ao recurso. (e-STJ fls. 308/324)

Decisão de admissibilidade do recurso ordinário (e-STJ fl. 328).

Nesta Corte Superior, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso ordinário (e-STJ fls. 333/337).

É o relatório. Decido.

Faz-se necessário assentar que o presente recurso está submetido ao Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Cinge-se a controvérsia, segundo se extrai do acórdão recorrido, de mandado de segurança visando obter tratamento de diabetes pelo poder público consubstanciado no fornecimento de bomba de infusão contínua de insulina.

O Tribunal de origem ao analisar a disciplina assim concluiu (e-STJ, fls. 131/143):

Os pedidos de fornecimento de medicamentos, de tratamentos, de procedimentos e de aparelhos afins devem ser analisados caso a caso, com detida apreciação do contexto fático.

Ainda que pacífica a jurisprudência deste Tribunal de Justiça acerca do tema, o caso dos autos apresenta peculiaridades que resultam em denegação da segurança.

O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Suspensão de Tutela Antecipada nº 175, balizou parâmetros para concessão das tutelas relativas da saúde:

I) a inexistência de tratamento/procedimento ou medicamento similar/genérico oferecido gratuitamente pelo SUS para a doença ou, no caso de existência, sua utilização sem êxito pelo postulante ou sua inadequação devido a peculiaridades do paciente; II) a adequação e a necessidade do tratamento ou do medicamento pleiteado para a doença que acomete o paciente; III) a aprovação do medicamento pela ANVISA; IV) a não configuração de tratamento experimental.

Extrai-se dos autos que a justificativa principal da peça vestibular é a comodidade do paciente, inexistindo prova consistente de que o tratamento ofertado pelo Estado do Paraná é ineficaz ou que a substituição pela bomba resulta em mais efetividade ao tratamento.

Inviável exigir do ente federativo toda e qualquer prestação em matéria de saúde. Embora seja um equipamento que proporcione maior controle da doença e comodidade ao impetrante, verifica-se o elevado custo ao Estado do Paraná que, por sua vez, pode oferecer outros métodos eficazes e menos onerosos.

Nesta mesma toada, inexistente justificativa apta a fundar a necessidade da marca Paradigm frente a outras.

Verifica-se, no caso em análise, que não restou devidamente comprovado, com os documentos que instruem a inicial, que a bomba de insulina seja indispensável à sobrevivência do paciente – além de ser muito mais custosa que o tratamento alternativo com injeções de insulina.

# Superior Tribunal de Justiça

Posto isso, manifesta-se o voto no sentido de revogar a liminar outrora deferida, denegando-se a segurança pleiteada devendo a impetrante arcar com o pagamento de custas, respeitadas tanto as previsões da Lei nº 11.419/2006 e demais previsões sobre o processo eletrônico, quanto as benesses da assistência judiciária gratuita.

Inicialmente, quanto ao argumento direcionado a aplicação de repetitivo desta Corte Superior, a instância *a quo* observou que ao caso não se aplica o respectivo entendimento.

Com efeito, este Sodalício no julgamento do REsp 1657156-RJ, da Relatoria do Min. Benedito Gonçalves, pelo rito dos repetitivos (Tema 106), consolidou tese relativa à obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, nos seguinte termos:

A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos:

- i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS;
- ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito;
- iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência.

No referido julgamento, em sede de acórdão proferido em embargos de declaração, foi definida modulação temporal para a aplicação da tese mencionada anteriormente, senão vejamos (grifo nosso):

"Modula-se os efeitos do presente repetitivo de forma que os requisitos acima elencados **sejam exigidos de forma cumulativa somente quanto aos processos distribuídos a partir da data da publicação do acórdão embargado, ou seja, 4/5/2018.**" (trecho do acórdão dos embargos de declaração publicado no DJe de 21/9/2018)

Verifica-se que a data de distribuição do mandado de segurança sob análise ocorreu, na origem, em momento anterior à publicação do acórdão dos embargos do repetitivo, o que obsta a aplicação supramencionada tese.

Assim, a conformidade ou não do julgado *a quo* deve ser contrastada com a jurisprudência delineada pelo STJ até então, qual seja, relativa a imprescindibilidade do fornecimento do fármaco.

Como visto, a Corte *a quo* quando da análise do conjunto fático-probatório dos autos, consignou pela ausência de imprescindibilidade no fornecimento do tratamento requerido, inclusive asseverando que a causa de pedir próxima está calcada, apenas, na conveniência do paciente para o controle da diabetes, além de não existir nos autos comprovação consistente de que o tratamento oferecido pelo ente estatal é ineficaz ou que a substituição pela bomba de infusão de insulina pleiteada seja mais eficiente.

Ademais, ponderou sobre a dificuldade em se inferir dos autos o requisito da imprescindibilidade que deve ser, em sede mandamental, clara e evidente.

Conquanto exista nos autos receituário médico emitido por médico que acompanha o tratamento, não há como determinar se outros métodos oferecidos pelo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Estado são ineficazes ou mesmo que o uso da requerida bomba de insulina seja fundamental para à sobrevida do impetrante.

Vale acrescentar, que o Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que o debate sobre a substituição de medicamentos ou mesmo tratamento, demanda contraditório aos laudos juntados, com a produção de contraprovas, o que torna inadequada a via do mandado de segurança, pela necessidade de dilação probatória.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. ALEGADA INTERRUÇÃO, PELO IMPETRADO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno interposto contra decisão monocrática publicada em 28/04/2016.

II. Trata-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ora agravante, em defesa de interesse indisponível de Sirley Rodrigues, contra ato do Secretário de Estado de Saúde, que teria determinado a interrupção da disponibilização dos medicamentos de alto custo, aos pacientes cadastrados na Farmácia Judicial. O Tribunal a quo concluiu pela impropriedade da via mandamental, por ausência de prova pré-constituída, quanto à alegada interrupção do fornecimento do medicamento.

**III. Com efeito, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acolhe a possibilidade de mobilizar o direito à saúde para outorgar o fornecimento de medicamentos e de equipamentos; contudo, é certo que algumas situações requerem a produção de provas para que haja o aprofundado de debate judicial sobre o direito postulado, o que é impossível na via do mandado de segurança" (STJ, RMS 47.265/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016).**

IV. Na hipótese, o fundamento utilizado pelo Tribunal de origem - de que inexistia, nos autos, prova pré-constituída de que o ente público tenha interrompido o fornecimento do medicamento postulado - não foi especificamente infirmado, pela parte recorrente, nas razões do Recurso Ordinário, ocasião em que se limitou a afirmar que o laudo médico juntado aos autos é prova pré-constituída suficiente para a comprovação do direito líquido e certo. Com efeito, tal documento não constitui prova da violação sustentada pelo impetrante, no Mandado de Segurança, o que atrai a necessidade de dilação probatória, afastando o reconhecimento da existência de direito líquido e certo, indispensável ao writ, e ensejando, portanto, a inadequação da via eleita, tal como decidiu a Corte a quo.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no RMS 49.858/MT, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 01/02/2017)

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. LAUDO MÉDICO PARTICULAR. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. NECESSIDADE DO CONTRADITÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. AGRAVO REGIMENTAL. INOVAÇÃO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## IMPOSSIBILIDADE.

1. O laudo médico particular não constitui prova líquida e certa para o fim de impetração do mandado de segurança visando obter medicamentos para tratamento de saúde, tendo em vista a necessidade de submetê-lo ao contraditório, nos termos do art. 333, II, do CPC.

2. É defeso às partes inovar no agravo regimental as contrarrazões do recurso especial, do que decorre serem infundadas as alegações de existência nos autos de laudos elaborados por hospitais públicos.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no AREsp 233.016/CE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 16/08/2013)

O mesmo entendimento deve orientar o exame do caso concreto, nos termos da Súmula 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com base no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 34, XVIII, do RISTJ, nego provimento ao recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator